

ANA MARIA TAHAN *O retorno*

O governo vai esperar até amanhã, ou no máximo quarta-feira, para decidir o que fazer em relação à criação, cada vez mais próxima, da CPI para apurar a compra de votos a favor da reeleição, em janeiro, na Câmara.

O Planalto acredita que a instalação, ou não, da CPI vai depender do relatório da comissão de sindicância da Câmara, previsto para a noite de terça-feira. "Se o texto radicalizar, pedindo a punição de todos os envolvidos, inclusive dos dois governadores, pode ser que a criação da CPI perca fôlego", torce um integrante da cúpula do PSDB.

De qualquer forma, se as oposições conseguirem 257 votos favoráveis à instalação da comissão e, com isso, a aprovação em regime de urgência, o governo já tem estratégia para manter o controle das investigações: vai nomear o presidente e o relator e a maioria dos integrantes da CPI.

A par disso, o Planalto espera reverter parte do desgaste provocado pela denúncia com o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, provavelmente hoje. Quer mais: aprovar a reeleição, em primeiro turno, quarta-feira, no Senado, até para provar que a emenda independe de compra de votos para ir em frente.

"Vou voltar aos meus tempos de UNE", brincou o ministro Sepúlveda Pertence ao tomar posse como presidente do Supremo Tribunal, em 1995. Hoje à tarde, Pertence será homenageado, no STF, com o "Diploma de Presidente Honorário da UNE", em solenidade que dará início às comemorações dos 60 anos da entidade.

Há cerca de um mês, Pertence não gostou quando o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, o acusou de "continuar na presidência da UNE" por causa da maneira como dirigia o STF.

Congregação

ACM vai chamar os presidentes de Assembléias Legislativas e de Câmaras de Vereadores para uma reunião em Brasília, na primeira quinzena de junho, para lançar o projeto Interlegis. A idéia é transferir a tecnologia do Prodasen para os Estados e municípios, com as informações sobre o Legislativo.

Com esse, outro projeto: Legislativo e Comunicação, pelo qual o Senado quer ensinar Legislativos estaduais e municipais a divulgar o "lado positivo do Poder". O argumento é que a votação de leis e debates importantes no Legislativo representam 90% do trabalho dos parlamentares.

